

---

# Público e privado n'*O cortiço*, de Aluísio Azevedo<sup>1</sup>

Geraldo José Alves  
Mestre em História Social – USP;  
Professor de graduação – Uninove.  
geraldoalves@uninove.br, São Paulo [Brasil]

Este trabalho toma como testemunho histórico o romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (1857-1913), investigando a relação específica estabelecida entre história e literatura no contexto do surgimento do regime republicano no Brasil. Algumas questões conceituais foram levadas em consideração na análise, tais como a idéia e a prática da cidadania, a articulação das esferas pública e privada e as relações entre condição social e a cultura política existentes nessas condições históricas.

**Palavras-chave:** Cidadania. Cultura política.  
História e literatura. Público e privado.

---

## 1 Introdução

O *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia* foi produzido, em 1893, especialmente para levantar as condições de moradia num dos distritos mais densamente povoados da capital paulista. À época, uma onda de epidemias atacava o Estado e fazia-se necessário, pensavam os administradores públicos, conhecer os focos de contágio para evitar sua proliferação.

Produzido pelo escritório do engenheiro sanitário e assinado, entre outros, pelos médicos Cândido Espinheira, Marcondes Machado e Cunha de Vasconcelos, o relatório vai registrando todas as moradias inspecionadas pela comissão, indicando sua localização no bairro. Nesse relatório, pode-se ler a descrição dos tipos de moradias populares identificadas como “cortiços”:

- O caso mais comum, o cortiço-pátio:<sup>2</sup>

[...] o cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão: quase sempre um quintal de um prédio onde esteja estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por um estreito e comprido corredor para um pátio com três a quatro metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio ou área livre se abrem as janelas e portas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade. Raramente cada casinha tem mais de 3 metros de largura, 5 a 6 metros de fundo e altura de 3 a 3,5 metros [...]

- O cortiço-casinha:

[...] há ainda a casinha, como independente, com frente para a rua pública e apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção [...]

- O hotel-cortiço:

[...] há ainda o hotel-cortiço, espécie de restaurante onde a população operária se aglomera à noite para dormir, já em aposentos reservados, já em dormitórios comuns. Quase sempre os aposentos são pequeníssimos [...] ocupados por operários sem família [...]

- A casa de cômodos:

[...] há ainda os prédios de sobrado convertidos em cortiço por meio de divisões e subdivisões dos primitivos aposentos transformados. Esses cortiços [...] não são senão casas de dormida a que se adicionam alguns cômodos de uso comum [...]

- Os cortiços-improvisados:

[...] há também as vendas que quase todas contêm, nos cômodos do fundo, aposentos para aluguel [...] nos fundos dos depósitos de madeira e outros materiais de construção, nos terrenos em oficina de canteiro, nas cocheiras e estábulos, os cortiços improvisados, feitos de tábuas e alguns cobertos de zinco são dos piores que temos examinado [...] (AMARAL GAMA et al., 1893 apud BONDUKI, 1982, p. 87).

---

O caráter técnico do relatório, anunciado pelo tom descritivo e classificatório, contrasta com as crônicas e reportagens que João do Rio fez sobre as habitações populares cariocas entre 1904 e 1907 (RIO, 2005). Aí o tom jornalístico do cronista que flagra a vida da população pobre aparece carregado de adjetivos que denunciam tanto a repulsa sentida pelo observador diante daquilo que via quanto a força da ficcionalização literária de sua viagem pelos guetos onde dormem à noite os trabalhadores que povoam, nos seus diversos afazeres e ofícios, o cenário urbano durante o dia.

Do exame desses depoimentos distintos, percebi que uma análise crítica da obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, ofereceria uma oportunidade para retomar a inquietação provocada pela percepção das diferenças existentes entre o discurso médico-higienista técnico-político e o discurso literário ficcionalizante, aprofundando o entendimento sobre esta segunda modalidade.

Como a literatura representa os processos sociais? Como o naturalismo-realismo articulou, pela pena de Azevedo, uma visão sociológica da sociedade brasileira? Como a visão sociológica do autor reverberou numa ficção enformada pelos padrões concretos de concepção, produção, reprodução e consumo de seu texto como uma novela publicada parceladamente em jornal? As respostas a estas questões encaminham para o universo da literatura como objeto da pesquisa em história e da história encarnada no registro literário.

## 2 Considerações de ordem teórico-metodológica: a tensão texto-contexto

Para analisar a obra de Azevedo, recorri à edição comentada *O espetáculo das massas na*

*literatura brasileira* (STRACCIA et al., 1992) que traz, além do texto integral d'*O cortiço* (1890), artigos que buscam explorar algumas facetas do autor, da obra e do realismo-naturalismo. Trata-se, porém, de textos produzidos por profissionais da área de estudos literários, em que transparece uma preocupação maior com os aspectos estéticos e formais do texto. Apesar de ser constante e insistente a aproximação ao contexto histórico, no qual a obra está inserida e ao qual se remete, fica claro que a concepção de história subjacente a esta abordagem tende a tratá-la como pano de fundo contextual, ou seja, reforça uma atitude segundo a qual a história se ocupa do “contexto” e a literatura estuda o “texto”. Essa percepção meramente instrumental que é atribuída à história pelos estudos literários já não satisfaz nem a historiadores nem a literatos, e essa limitação tem exigido a constituição de uma abordagem na qual sejam superadas as delimitações que demarcam os campos de atuação das disciplinas.

Conforme assinalou Jean Starobinski (1995), numa reflexão sobre a literatura como objeto dos estudos históricos, do texto que se apresenta ao historiador não se deve esperar seja um mero repetidor mecânico das expectativas do pesquisador, que já articula, de antemão, um conjunto de informações sobre a obra e o autor analisados, isto é, cria um contexto para a obra.

Para tomar a obra literária como objeto histórico, faz-se necessário reconhecer sua autonomia na representação de um período, ou seja, impõe-se respeitar — senão mesmo construir — uma alteridade própria ao texto:

A primeira preocupação será [...] garantir ao objeto a sua mais forte presença e a sua maior independência: que se consolide a

---

sua existência própria, que ele se ofereça a nós com todos os caracteres da autonomia. Que ele oponha a sua diferença e marque bem as suas distâncias. O objeto da minha atenção não está em mim; ele opõe-se a mim, e o meu melhor interesse não consiste em apropriá-lo sob o aspecto que lhe empresta o meu desejo, [...] mas de deixá-lo afirmar todas as suas propriedades, todas as suas determinações particulares [...] (STAROBINSKI, 1995, p. 133-134).

Devemos levar em conta também que o próprio texto contém os dados do seu contexto, pois dele é produzido enquanto realidade objetiva. Aí interferem todas as circunstâncias necessárias e contingenciais que possibilitaram essa sua existência, assim como os fatores que garantiram sua permanência no tempo e no espaço, testemunha e herança de uma época, de um lugar, de uma cultura, reflexos mediatos e históricos de uma dada organização humana e social.

Esses fatos assinalam a relativa independência que a existência de um texto e sua interpretação comportam com relação aos dados que lhe são externos e que funcionam como complemento e esclarecimento.

Qual o estatuto, então, da composição de um contexto “de fora”, via pesquisa histórica, para análise do texto como produto mediato desse contexto? Starobinski aponta que:

A pesquisa Histórica, se não for unicamente motivada pela atração do achado ocasional, tem essa conseqüência benéfica de aumentar a informação pela qual um mundo se acrescenta a uma obra, — um mundo talvez exterior a ela, um

mundo em que, face ao objetivo alcançado, multiplicam-se os atos e as palavras frustradas, as tentativas inacabadas: nesse terreno estranho a obra lança raiz e declara-nos a sua riqueza dependente; ela se revela por meio de suas ligações, e desarma a esperança de uma definição excessivamente fácil. (STAROBINSKI, 1995, p. 134).

Dessa forma, longe de constituir-se etapa necessária da inteligibilidade do texto, a história, ao construir um contexto apropriado, leva necessariamente à problematização e à ampliação da interpretação, permitindo, assim, expandir o entendimento do campo no qual o texto se encontra.

Assim posta, a natureza da relação sujeito-texto (historiador-literário) é marcada pela percepção da alteridade pelo sujeito que conhece e por sua capacidade de inquietar-se diante desse texto-objeto que lhe é diferente.

Em sentido amplo, podemos concluir que a interpretação de um texto literário é, fundamentalmente, um processo de decifração histórica, em dois sentidos específicos: primeiro porque os instrumentos intelectuais que utilizamos para abordar o objeto são, eles próprios, produto e herança histórica; segundo porque a interpretação do texto, compreendido como produto das relações culturais e materiais produzidas no seio de uma sociedade histórica somente pode existir na medida em que seja possível identificar o que é continuidade e o que é ruptura, para balizar nossa concepção de alteridade, seja ela temporal ou espacial.

Impõe-se, nesse sentido, recuperar a dimensão dialética da análise histórica, sem o que o contexto seja sempre um ventríloquo do texto, e este, o seu passivo confirmador.

---

Nesta breve reflexão sobre o lugar da literatura como objeto da história, tentei indicar não os caminhos que pretendo seguir, mas antes, em negativo, explicitar aqueles que busco evitar.

Com as orientações acima descritas, exponho a seguir algumas reflexões, tomando como referencial empírico a obra de Azevedo, *O cortiço*. Optei por produzir um ensaio que pudesse pontuar uma única questão de fundo que, uma vez formulada, tentará dialogar com algumas das leituras propostas. Para isso, abri mão das citações textuais mais rigorosas e do registro exaustivo da frequência e inserção das idéias trabalhadas, acreditando que uma visão mais impressionista seria a mais adequada. Perde-se com isso o rigor do trabalho, centrado no texto literário da obra, em favor de uma tentativa de articular com o contexto histórico à luz de um eixo temático, norteador dos debates sugeridos.

### 3 Público e privado n’*O cortiço*, de Aluísio Azevedo

A opção de análise acima descrita prende-se ainda nas características próprias do objeto. A obra de Azevedo está inserida no plano literário que se convencionou chamar de realismo-naturalismo, o que implica reconhecer nela um conjunto de atributos partilhados amplamente dentro desta corrente.

O realismo pode ser entendido, a princípio, como uma tendência de crítica às posturas ideológicas e estéticas do romantismo. A partir do início da segunda metade do século XIX, destaca-se o naturalismo como traço comum aos autores que partilhavam dessa postura.

Uma das características marcantes da produção deste realismo-naturalismo é o fato de que ele

[...] quis explicar cientificamente a conduta e o modo de ser das personagens por meio de fatores biológicos e sociológicos que condicionariam a vida humana. Não há aprofundamento psicológico particular das personagens, que aparecem como resultado de forças superiores à sua personalidade. Tais fatores limitam suas ações e as tornam condicionadas ao meio em que vivem e à sua hereditariedade [...] (GUIDIN apud STRACCIA et al., 1992, p. 227).

No comentário de Alfredo Bosi citado por Márcia Lígia Guidin (GUIDIN apud STRACCIA et al., 1992, p. 227), “[...] o realismo se tingirá de naturalismo [...] sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das leis naturais que a ciência da época julgava ter codificado [...]”

E, sobre *O cortiço*, particularmente, acrescenta que, de fato,

[...] Aluísio atinou de fato com a fórmula que se ajustava ao seu talento: desistindo de montar um enredo em função de pessoas, ateu-se à seqüência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista [...] (BOSI apud STRACCIA et al., 1992, p. 207).

Em síntese, como expôs um analista, “[...] o naturalismo radicaliza as idéias do determinismo, que vê o homem como produto de leis físicas e sociais, o que o torna um animal impulsionado

---

pela fisiologia [...]” (BOSI apud STRACCIA et al., 1992, p. 227).

Cabe então reconhecer as influências, na forma de citações tácitas intratextuais, que informam esta corrente literária: a fisiologia de Claude Bernard, a doutrina sociológica positivista de Augusto Comte e o determinismo de todas as tendências, matizado pelo evolucionismo spenceriano.

Sob esse grande caudal de influências, surge a personagem principal do livro de Azevedo. Não se trata de uma personalidade complexa e cheia de nuances psicologicamente construídas na trama do enredo, bem ao gosto dos românticos, mas, sim, um “sujeito coletivo”: o próprio “cortiço”.

Ele não é somente um lugar, um espaço, um palco, onde as relações e a ação dos atores sociais se dão; encarna também a função do ambiente que molda e condiciona os processos individuais e sociais. Ele é o portador de uma “identidade coletiva”, que ele reproduz sob a forma determinista de “influência do meio”.

Se é possível perceber a concepção de Azevedo sobre cortiço, como personagem central da trama, em que os sujeitos individuais carecem de interioridade, ou antes, de autonomia, será possível também ler, por meio dessa identidade coletiva atribuída pelo autor à sua personagem, um conjunto específico de representações sociais sobre contexto histórico no qual dá-se a ação. Gostaria de expor essa possibilidade de análise no caso de um tema específico, ou seja, a concepção dos espaços público e privado na obra literária.

Roberto Da Matta realizou um estudo no qual avaliou três espaços específicos da constituição da dinâmica social brasileira: casa – espaço da intimidade do indivíduo, da vida privada, das relações baseadas nos laços afetivos, de parentesco ou compadrio; rua – espaço da vida coletiva, pública, das

relações baseadas na mediação das instituições e contratos; outro mundo – a dimensão não secular, o mundo dos mortos, dos espíritos, dos deuses. Contrastando com o caráter contingente dos dois primeiros níveis, este representa a transcendentalidade da existência em todas as suas manifestações.

Ele narra assim uma de suas conclusões:

No mundo ocidental e nas sociedades onde o capitalismo e o protestantismo se estabeleceram integral e predominantemente, o movimento mais frequente é aquele que mencionei linhas atrás: do individual para o coletivo. [...] Nas sociedades tribais, entretanto, nos sistemas tradicionais e semitradicionais, onde o indivíduo é muito menos visível e a relação, o par, a família, o grupo e o parentesco é que são os sujeitos das rotinas sociais mais importantes, é o estado individual que engendra essas fases fora do comum. Assim, para nós, modernos, que vivemos em sociedade onde a parte (o indivíduo) é mais importante que o todo (a sociedade), o problema estaria sempre no coletivo e na multidão, esses “estados” que seriam o inverso do indivíduo que o sistema consagra como normal e ideal. Para os sistemas tradicionais, porém, esses sistemas onde o coletivo é mais importante que o individual, o problema seria muito mais os estados de individualização, que o sistema não consagra como normais ou rotineiros. Para cada um desses “estados”, [...] há tempos e espaços correspondentes. (DA MATTA, 1985, p. 36-37).

Percebe-se que a realidade da estrutura social brasileira se desenvolve de acordo com o

---

segundo padrão acima descrito, aproximando-se mais do perfil das sociedades “tradicionais” e “semitradicionais”, nas quais o indivíduo se submete à força das relações, o que leva o autor a rotular a sociedade brasileira como “relacional”. Essa avaliação parece bastante apropriada, principalmente no momento atual, quando a sociedade brasileira procura pensar os desafios da constituição de um regime de defesa da cidadania e esbarra nas características peculiares da organização dos papéis sociais, da função e caráter das instituições, em especial, ao pretender-se construir um espaço público privilegiado em detrimento do privado.

Porém, essa análise tão correta em suas conclusões não foi capaz de apontar a constituição desses “estados” enquanto processos, ou seja, tecidos numa perspectiva antropológica que dá mais atenção à sincronia que à diacronia, que privilegia o “estrutural” em detrimento do contingente. Com isso, perde-se a noção da historicidade da formulação e principalmente da evolução do processo de formação dessas dimensões relacionais. Em suma, a análise de Da Matta (1985) remete a uma percepção de atemporalidade do fenômeno estudado, dificultando seu entendimento enquanto produto de uma evolução histórica específica.

Discute-se a possibilidade de pensar esse universo relacional como fenômeno histórico, reconhecendo sua elaboração e produção como processo complexo, e não como dado “constitutivo” de uma identidade pretensamente “natural”.

Alguns autores debruçaram-se sobre esse problema. Penso em particular nos textos de José Murilo de Carvalho (1989), principalmente *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, que investiga os momentos iniciais do regime republicano para entender questões al-

tamente relevantes sobre a percepção popular de cidadania e participação política.

Sua categorização de uma “estadania” contraposta a uma “cidadania” (CARVALHO, 1989), por exemplo, parece indicar uma disposição de acompanhar historicamente a constituição do espaço e das representações políticas no Brasil, o que remete à própria constituição do que o autor chama de uma “cultura política” específica que necessariamente tem de pensar o público e o privado.

Em um artigo de síntese no qual compara a evolução das concepções e práticas de cidadania na França, Inglaterra, Alemanha e Brasil, este autor conclui que:

No caso brasileiro, a centralidade do Estado não indica seu caráter público e universalista. Isto porque, de um lado, o Estado coopta seletivamente os cidadãos e, de outro, os cidadãos buscam o Estado para o atendimento de interesses privados. A expressão estadania [...] não tem um sentido propriamente cívico, assim como não indica a afirmação civil da cidadania. (CARVALHO, 1996, p. 2).

A ambigüidade expressa pelo termo estadania está justamente no fato de revelar uma situação que se encontra a meio termo entre uma formação pelo “alto” (Estado) e por “baixo” (cidade): na “[...] Alemanha, as palavras usadas para indicar a cidadania podem derivar tanto de cidade como de Estado, [o que] indica a mesma direção que inspirou o conceito de estadania [...]” (CARVALHO, 1996, p. 2).

Outro trabalho que também aponta a problematização da constituição dos espaços público e privado no país é o texto de Margareth Rago (1987),

---

*Do cabaré ao lar*. A autora assinala que, em diversas instâncias, o espaço público é preterido como projeto político das elites políticas e intelectuais, ao passo que o espaço privado é constantemente enaltecido como produtor da felicidade humana e é representado como cimento de uma sociedade justa. Nesse sentido, o romance *O cortiço*, de Azevedo, constitui um excelente documento de registro das representações de público e privado articuladas no final do período imperial e nas décadas iniciais da República. Aí, aparentemente, verificamos a hegemonia do espaço privado sobre o público que, a bem dizer, quase não se apresenta como dimensão digna de nota no texto. Por outro lado, podemos pensar o cortiço como um espaço ao mesmo tempo privado e público, ainda que em escala restrita, produto histórico da luta que opõe camadas populares e elites dirigentes no contexto de uma sociedade hierarquizada e excludente como a brasileira.

Como assinalado, no realismo-naturalismo, as personagens são determinadas segundo as concepções evolucionistas e positivistas, pelo meio natural e social. Nesse caso, o cortiço apresenta-se como personagem principal, na medida em que é o “organismo” que “produz” os comportamentos externados pelos agentes individuais que nele vivem, trabalham e se divertem.

Sua constituição espacial aponta para uma organização específica da vida: como na descrição do tipo de cortiço primeiramente encontrada no *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Ifigênia* (AMARAL GAMA et al., 1893), o cortiço São Romão constitui uma verdadeira “República dentro da República”. O pátio interno faz-se de rua para as portas e janelas dos aposentos de seus moradores e, confirmando sua vocação de espaço público, é nele que as lavadeiras – e um

único lavadeiro, o Albino – passam o dia sobre as tinas de roupa da clientela, em sua rotina de trabalho. É para lá também que converge o grupo de seus habitantes na ocasião das festas, nos fins de semana.

Como lembrou Da Matta (1985), as festas têm um importante papel de articulação – e subversão – dos espaços da casa e da rua: no cortiço, as festas sempre se iniciam pela refeição, tida em comum pelos familiares e convidados vindos de fora, dentro do cômodo de cada morador (a casa). Somente depois desta fase “privada” os vários grupos organizados extrapolam sua alegria embebida nas taças de cachaça e parati para o pátio comum (a rua), onde se canta e dança, criando-se uma fogueira que é a síntese das chamas dos diversos fogos domésticos. Foi nesse espaço relacional de festa que Azevedo desenvolveu o processo de aculturação do português Jerônimo que, enfeitado pela sensualidade de Rita Baiana, vai distanciar-se completamente da cultura lusitana que tanto cultivava, para aderir aos costumes e usos da brasilidade.

Assim, o cortiço constituía a dimensão espacializada de uma determinada cultura política especificamente popular. Nele, a distinção entre público e privado é elaborada no contexto interno de sua própria organização, quase dispensando referências aos espaços públicos externos a ele. Confirmando a tese de Carvalho (1989), sintetizada na interrogação sagaz que questionava se as camadas populares eram “bestializadas” ou “bilontras”, o cortiço é o espaço em que essas camadas economicamente marginalizadas constroem formas de viver politicamente separadas do plano mais vasto de um projeto de nação que ora se consolidava. A opção de Carvalho por entender as atitudes políticas das camadas populares como fruto de uma marota atitude bilontra, negando o caráter apático [bestia-

---

lizada] que até então – e até hoje – se atribui a ela, está ricamente registrada nas descrições do ritmo cotidiano da vida no cortiço São Romão, feitas pela pena de Azevedo.

Essa característica fica ainda mais explícita em duas ocasiões distintas, mas articuladas. A primeira relaciona-se à reação, em uníssono, dos habitantes do cortiço à presença da polícia, no espaço dessa forma de habitação. Os “urbanos” são recebidos como intrusos, porque alienígenas, e representam a possibilidade de quebra da autonomia para circulação pelos microespaços, o privado (casa-cômodo) e o público (rua-pátio) encarnados na vida do cortiço. É a ameaça da lei, do Estado, ou seja, uma ação que quer constituir um espaço público “de cima”, “sobre” o microespaço público constituído “por baixo”; em outros termos, identifica a ação do Estado não como “cidadã”, mas como “estadã”, como instrumento da dominação de classe e do particularismo das elites políticas e econômicas.

Essa reação foi estudada atentamente por Sidney Chalhoub (1986), em *Trabalho, lar e botequim*, obra na qual o autor investiga como se articulam as fidelidades que constituem a solidariedade de classe entre as camadas populares, descobrindo uma ampla rede de proteção destinada a ludibriar a polícia e a defender os negros, mestiços e pobres contra a ação cotidiana dos patrões, estrangeiros e proprietários.

Outro momento que expressa essa concepção do cortiço como cidadela policamente articulada pelos seus habitantes, os trabalhadores pobres e marginais da sociedade, se dá quando se cria um outro cortiço nas proximidades do São Romão, o Cabeça-de-Gato. Apesar do ódio que a princípio inspirou em João Romão, por conta de que “[...] viu que aquela nova *república da miséria* prometia ir adiante e

ameaçava fazer-lhe à sua, perigosa concorrência [...]” (AZEVEDO apud STRACCIA et al., 1992, p. 120, grifos nossos), na verdade a rivalidade maior foi articulada pelos moradores de ambos cortiços, opondo mortalmente “cabeças-de-gato e carapicus”, o que levou ao enfrentamento posterior dos bandos. Nesse caso, após a briga de Firmo com Jerônimo, em que este foi gravemente ferido à navalha pelo capoeirista amante de Rita Baiana, aquele foi morar no outro cortiço, porque os “carapicus” o impediram de circular livremente pelo espaço do São Romão. Azevedo percebeu, com sensibilidade, as teias de relações que estavam sedimentadas nesta disputa: “Quem se desse com um carapicu não podia entreter a mais ligeira amizade com um cabeça-de-gato; mudar-se alguém de uma estalagem para outra era *renegar idéias e princípios* [...]” (AZEVEDO apud STRACCIA et al., 1992, p. 120, grifos nossos).

Note-se que o próprio nome escolhido por Azevedo parece conter uma alusão ao mais famoso cortiço da cidade do Rio de Janeiro, o Cabeça-de-Porco, destruído em 1893, após ter sido habitado por até 4 mil pessoas (CHALHOUB, s.d.).

Como havia esclarecido Chalhoub (1990) em um texto dedicado à questão dos cortiços e depois desenvolvido no seu *Visões da liberdade*, trata-se de entender que o cortiço representava mais que um simples produto material da exploração de classe a que estavam submetidos os pobres e marginalizados economicamente. Ele não é apenas um “reflexo” das baixas condições econômicas de que seus moradores podiam dispor para dar conta de uma moradia; constituía, por exemplo, o refúgio dos negros fugidos, da morada dos escravos de ganho que aí exerciam sua relativa e não desprezível autonomia. Em suma, era o corpo, o espaço físico de uma verdadeira “cidade esconderijo” na grande capital da República.

---

O desfecho do drama de Bertoleza, reduzida à sua condição cativa pelo amante e reatada à propriedade dos seus senhores, demonstra como a construção da obra de Azevedo estava ancorada numa historicidade que o autor soube representar com esmero.

Pensar o romance de Azevedo nesse contexto é reconhecer também sua conexão com uma cultura política especificamente popular que se formulava como contra-projeto àquele que o Estado-nação articulava nas esferas políticas do regime representativo liberal burguês. Nele, as condições materiais de vida das camadas pobres (o ambiente) são ao mesmo tempo produto da limitação econômica imposta pelas relações de produção e dominação e construção de uma instância particularmente articulada que relacionava os níveis privado e público, desenvolvia relações de solidariedade de classe e condição social, encarnava a resistência contra as diligências do poder policial na vida de seus habitantes, criava uma identidade coletiva que permitia nomear os amigos e inimigos, ordenava e fazia circular o tempo de trabalho e lazer (festa); enfim, era fruto de uma própria cultura política.

Da janela do sobrado, Miranda (alto) mirava o cortiço (baixo), alheio àquela movimentação de pessoas no seu cotidiano de trabalho e festa e perplexo em face daquele ambiente que o incomodava? A ele repugnava a “baixeza” do comportamento daquela multidão de rostos entre os quais via apenas o do conterrâneo, rival e futuro parente João Romão. A inexistência de um campo partilhado de signos e projetos espelha a vitória da dimensão privada sobre a pública na jovem República, na qual não lançaram raízes a idéia, o espírito e a prática de uma comunidade, ou seja, a crença partilhada de um destino comum, de um campo político amplo (público) em que se

debatem e são encaminhadas as questões que se referem a todos e que podem ser compreendidas levando-se em consideração o caráter antipopular da instauração do regime republicano brasileiro (CARVALHO, 1990).

Particularismo dos desejos da elite (o casamento de conveniências, o baronato e o interesse no casamento da filha no caso do Miranda), dos novos ricos (a trajetória econômico-social de João Romão, o parasitismo do Botelho), mas também uma “república da miséria” na qual o que interessava a Jerônimo era Rita Baiana; ao Bruno, a sua Leocádia; a Pombinha, a retomada de uma posição social que perdera na infância etc.

E, testemunha atenta, Azevedo reconhecia sua criatura como contendo vida própria, embora sob o ritmo ditado pelas realidades dos novos tempos:

[...] notavam-se por último na estalagem muitos inquilinos novos, que já não eram gente sem gravata e sem meias. A feroz engrenagem daquela máquina terrível, que nunca parava, ia já lançando os dentes a uma nova camada social que, pouco a pouco, se deixaria arrastar inteira lá para dentro. Começavam a vir estudantes pobres, com seus chapéus desabados, o paletó fofinho, uma pontinha de cigarro a queimar-lhes a penugem do buço, e as algibeiras muito cheias, mas só de versos e jornais; surgiam contínuos de repartições públicas, caixeiros de botequim, artistas de teatro, condutores de bondes, e vendedores de bilhetes de loteria. (AZEVEDO apud STRACCIA et al., 1992, p. 166).

Na visão do próprio João Romão, já bem de vida, o cortiço era isso: “[...] uma comuna ruidosa

e porca a dos demônios dos mascates!” (AZEVEDO apud STRACCIA et al., 1992, p. 167).

#### 4 Considerações finais

Azevedo rotineiramente utiliza, em sua narrativa, uma expressão de exclamação que provoca estranhamento no leitor atual: “Sebo!” (AZEVEDO apud STRACCIA et al., 1992, p. 170).

Não se trata, como na expressão contemporânea “sebo nas canelas”, de um elemento facilitador dos movimentos, mas justamente do contrário, que impede a ação ou a torna mais difícil de realizar. Como para quem tenta subir em um pau-de-sebo nas festividades juninas, exprime um elemento muitas vezes invisível ao protagonista que constitui empecilho formidável ao desafio.

Assim, também para os habitantes do cortiço, gente dos estratos mais populares, o regime republicano e a cidadania historicamente instituídos são percebidos como motivo de exclamação, surpresa e temerosa perplexidade e não de adesão ou empolgação.

Sebo!

#### The public and the private in *O cortiço* by Aluísio Azevedo

This paper takes as a historical witness the novel *O cortiço* by Aluísio Azevedo (1857-1913), investigating the specific relation established between history and literature in the context of the republican regimen introduction in Brazil. Some conceptual questions were taken into consideration in the analysis, such as the idea and practice of citizenship, the articulation of the public and private spheres and the relations between the social

condition and the political culture existing in these historical conditions.

**Key words:** Citizenship. History and literature. Political culture. Public and private.

#### Notas

- 1 Gostaria de expressar minha gratidão a Fábio Franzini, que gentilmente leu o texto e fez sugestões críticas tanto inteligentes quanto pertinentes, que procurei incorporar ao texto.
- 2 A ortografia de todos os textos citados foi atualizada.

#### Referências

- AMARAL GAMA, L. C. et al. *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Districto de Santa Ephigênia*, apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Jr. São Paulo: Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, 1893.
- BONDUKI, N. G. Origens do problema da habitação popular em São Paulo. Primeiros estudos. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 81-111, 1982.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A formação das almas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.
- CHALHOUB, S. *A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1906*. 1. ed. Campinas: IFCH-Unicamp, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

---

DA MATTA, R. *A casa & a rua*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIO, J. do. *A alma encantadora das ruas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STAROBINSKI, J. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, J.; NORA, P (Org.). *História: novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 132-143.

STRACCIA, C. et al. *O espetáculo das massas na literatura brasileira*: edição comentada do romance O cortiço de Aluísio Azevedo. 1. ed. São Paulo: Selinunte, 1992.

recebido em: 5 ago. 2005 / aprovado em: 28 nov. 2005

Para referenciar este texto:

ALVES, G. J. Público e privado n' O cortiço, de Aluísio Azevedo. *Dialogia*, São Paulo, v. 4, p. 57-68, 2005.